

Nivelar correções é retirar do INPC as importações

No caso concreto, desindexação significa nivelar as três correções — a monetária, a cambial e a salarial — por um índice de preços que expurgasse os custos dos produtos importados, como petróleo e trigo, os impostos indiretos e os subsídios. Em outras palavras: manter as três correções vinculadas ao INPC, porém atuar sobre este índice, excluindo do seu cálculo os reajustes dos preços de produtos de consumo como o pão, o macarrão e os outros derivados de trigo, além dos combustíveis, assim como os efeitos inflacionários dos impostos indiretos e dos subsídios, que seriam tecnicamente quantificados, para efeito de sua exclusão do cálculo do INPC.

Segundo os defensores da desindexação, com ela, os realinhamentos de preços internos provocados pela maxidesvalorização e pelos cortes nos subsídios não se transformariam em focos de realimentação inflacionária. Os que combatem a desindexação dizem que a inflação corretiva não tende a se transformar em inflação permanente, pois o impacto dos preços na taxa inflacionária é sentido somente uma vez.

Todos, contudo, concordam num ponto: a desindexação, sobretudo a separação entre preços e salários, terá um custo social bastante elevado para os assalariados. Se a gasolina, o pão e o açúcar aumentam e o salário permanece inalterado, a consequência inevitável é uma sensível queda no valor real do salário. Ainda que, por efeito da desindexação, os preços da gasolina, do pão e do açúcar, permaneçam estáveis por três ou quatro meses, até que ocorra um novo reajuste salarial, a perda do valor real do salário terá sido irreversível.

Sem condições políticas de promover uma desindexação, o Governo preferiu adotar a solução do gradualismo, promovendo um reajuste substancial no preço dos combustíveis e programando outros, menores, para os derivados de trigo, na expectativa de que o impacto inflacionário seja controlado.